



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06
NIRE nº 35 3 0035492 3

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária de 14 de julho de 2015

- COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
(Conforme item 10 do formulário de referência – artigo 9º da Instrução CVM nº 481)

- PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO
(Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481)

- INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL
(conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência – artigo 10 da Instrução CVM 481)

- INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL
(conforme item 13 do Formulário de Referência – artigo 12 da Instrução CVM 481)

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	4
COMENTÁRIOS DOS ADM.SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	5
Demonstrações Financeiras Consolidadas	Erro! Indicador não definido. 24
Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes	22
Compensação Entre Contas	23
Conversão em Moeda Estrangeira.....	23
Caixa e Equivalentes de Caixa	23
Ativos Financeiros	23
Contas a Receber de Clientes	25
Estoques.....	25
Investimentos	25
Imobilizado	25
Intangível	25
“ <i>Impairment</i> ” de Ativos Não Financeiros	26
Contas a Pagar a Fornecedores	26
Empréstimos e Financiamentos.....	26
Provisões.....	26
Imposto de Renda e Contribuição Social	27
Participação nos Lucros.....	27
Apuração do Resultado	27
Reconhecimento das Receitas de Vendas.....	28
Dividendos.....	28
Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis	28
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	31



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL.....	32
INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	34
REESTRUTURAÇÃO	47



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06
NIRE nº 35 3 0035492 3

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções vem apresentar aos acionistas a seguinte proposta, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, em 14 de julho de 2015 (“AGO”).

Serão tratados em Assembleia Geral Ordinária os seguintes temas:

- a)** Exame, discussão e votação do relatório da Administração, das Contas e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes;
- b)** Destinação do resultado do exercício;
- c)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivo suplentes; e
- d)** Fixação da remuneração global anual dos membros titulares do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração da Companhia sugere a aprovação da contabilização do prejuízo apurado pela Companhia, no montante de R\$ 743.776.884,78 (Setecentos e quarenta e três milhões, setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos), para destinação para a conta de “Prejuízos Acumulados”.

Encontram-se à disposição dos senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.inepar.com.br - *link* “Informações Financeiras”):

- (i)** o Relatório da Administração;
- (ii)** as Demonstrações Financeiras;
- (iii)** o Parecer dos Auditores Independentes;

Ainda, encontram-se disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), além dos relatórios acima citados, aqueles a seguir identificados:

- (iv)** a Proposta de destinação do resultado (Anexo 9-1-II);
- (v)** formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (vi)** Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 10 do Formulário de Referência);
- (vii)** a proposta de remuneração dos membros do Conselho Fiscal;
- (viii)** o parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (ix)** todas as demais informações requeridas pelas instruções CVM 480/09 e 481/09.

São Paulo, 12 de maio de 2015.

Atilano de Oms Sobrinho
Presidente do Conselho de Administração

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE
A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**
(Conforme Item 10 do Formulário de Referência – Int. CVM 480)

10.1. Comentários dos Diretores

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05 (a LFRE).

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visa proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- i. Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- ii. Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- iii. Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- iv. Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

O PLANO DE RECUPERAÇÃO FOI APRESENTADO NO PRAZO DETERMINADO.

O ano de 2014, demonstrou-se um dos anos de maiores desafios para o Grupo Inepar. A queda da atividade econômica nos dois últimos anos, a diminuição dos investimentos em infraestrutura, a crise que atravessa o setor de Óleo e Gás chegou ao seu ápice e o aumento de todos os custos de produção, afetaram diretamente todo o planejamento que a empresa desenvolveu para seu crescimento e retomada para o ano de 2015. Além de todos estes fatores exógenos o status de empresas em recuperação judicial impactou profundamente no acesso a linhas de capital de giro junto ao sistema financeiro e um longo e árduo processo de manutenção da carteira de contratos em vigor.

A nova administração empossada em Setembro de 2014, já dentro do ambiente de Recuperação Judicial, iniciou um forte processo de ajuste interno em todas as empresas do Grupo visando à adequação de suas estruturas a este novo ambiente em que a empresa passou a conviver. O fortalecimento de um centro de serviços compartilhados, o ajuste e adequação da capacidade fabril na IESA Projetos, Equipamentos e Montagens em Araraquara, a manutenção dos principais contratos vigentes na IESA Óleo & Gás, a busca por capital de giro para a manutenção das atividades operacionais e a busca por soluções estratégicas para o melhor uso dos ativos existentes no grupo vem consolidando o cenário propício para que, durante o ano de 2015, a Companhia apresente resultados financeiros e econômicos positivos.

O ano de 2014 também foi marcado pela profunda renegociação das dívidas do grupo, através dos assessores Financeiros e Jurídicos do Grupo, Banco Brasil Plural S.A., Felsberg Advogados e Freire, Assis, Sakamoto e Violante Advogados, respectivamente. O processo de recuperação Judicial trouxe à mesa todos os principais credores do Grupo INEPAR, o que permitiu iniciarmos um processo de profunda renegociação dos passivos financeiros existentes visando à adequação da estrutura de capital necessária para as principais empresas do grupo.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3

Nossa expectativa é que durante o primeiro semestre do ano de 2015 consigamos finalizar todas as negociações com os credores do grupo e consigamos a aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto em 24 de novembro de 2014. Neste plano preconizamos a retomada do Grupo Inepar em fases:

i. Fase de ajuste na estrutura de capital do grupo – esta fase foi iniciada em Agosto de 2014 com a entrada do Grupo Inepar no ambiente de Recuperação Judicial visando, de forma organizada, alinhar os interesses de todos stakeholders do Grupo e buscar uma solução estruturada de adequação do endividamento global das empresas. Para esta fase, foi proposto no Plano de Recuperação Judicial, um processo de Debt/Equity Swap, onde se busca uma massiva conversão das dívidas existentes em posições de equity ou equity equivalente na empresa.

ii. Fase de adequação do fluxo de caixa do Grupo – Concomitantemente ao trabalho que está sendo desenvolvido junto aos principais credores, também estão sendo desenvolvidas ações para monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando à adequação do fluxo de caixa para o ano de 2015. Um dos primeiros resultados obtidos foi à venda de fatia da participação da IESA Projetos Equipamentos e Montagens, em sua Joint Venture com a empresa Triunfo Construtora, a TIISA S.A.

iii. Durante primeiro semestre de 2015 esperamos consolidar outras operações de fusão e aquisição que trarão importantes impactos positivos em temas críticos ao grupo. Estas ações estão associadas a iniciativas em outras áreas, tal como a consolidação do Programa REFIS, ao qual aderimos em 2014. Todas essas ações nos permitirão liberar penhores em ativos do grupo e concretizar operações com foco em capital de giro.

O fechamento da operação de venda da participação do grupo Inepar na empresa Andritz Hydro Inepar, iniciado antes de a empresa peticionar a recuperação judicial, é um dos focos neste processo de reestruturação da empresa. Seus benefícios se estendem desde o acesso a recursos para adesão ao REFIS, como nos permitirão consolidar as negociações que estão sendo realizadas com Itiquira Energética e Swiss RE, as quais visam encerrar uma discussão jurídica que se estende há anos no judiciário e que libera, no seu fechamento, penhores judiciais sobre quase todos ativos do Grupo.

O foco nas operações de venda de ativos e acordos com credores específicos foram seletivamente definidos para trazerem ganhos não só financeiros, mas também, e talvez tão importantes quanto, ganhos na estrutura de capital e na estrutura societária do Grupo INEPAR.

Outras operações estão sendo analisadas visando suportar a reestruturação global do Grupo, em ativos operacionais e não operacionais do grupo. Estimamos que, após a aprovação e homologação do plano de Recuperação Judicial, um processo organizado de desmobilização de ativos seja estruturado. Todos os recursos serão utilizados para a reestruturação e para capital de giro referente a atividades operacionais do Grupo INEPAR.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Tendo em vista o pedido de Recuperação Judicial ajuizado pelo Grupo Inepar, após a aprovação do plano de recuperação judicial implantará nova estrutura de capital.

O Capital da Companhia está estruturado entre capital próprio e capital de terceiros, sendo que esta proporção varia de acordo com as necessidades de financiamento para as atividades operacionais. No quadro abaixo mostramos os valores do endividamento.

O quadro abaixo mostra a evolução da dívida em relação a evolução dos ativos da Companhia para os últimos 3 exercícios (2012, 2013 e 2014)

Endividamento e Total de Ativos

Reapresentado Reapresentado

Em R\$ mil	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	1.689.460	1.304.067	870.117
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	23.851	488.296	549.340
Total	1.713.311	1.792.363	1.419.457
total dos Ativos	2.670.504	3.197.345	2.970.018
Proporção	64%	56%	48%

i. Hipótese de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observada as disposições legais.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A empresa ajuizou em 29/08/2014 pedido de recuperação judicial, e adotará os procedimentos descritos no PRJ publicado em 01/05/2015 para liquidação de seus compromissos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além de recursos próprios, ou seja, gerado pela atividade operacional, a Companhia possui operações de capital de giro, de empréstimos e de financiamentos a longo prazo junto à bancos comerciais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso enfrentemos deficiências de liquidez, pretendemos utilizar empréstimos e financiamentos com bancos comerciais e/ou agências de fomento, além eventualmente, de recursos emitidos no mercado de capitais, para financiar necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

R\$ mil	Reapresentado		Reapresentado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012

Endividamento financeiro de curto prazo

Empréstimos e Financiamentos	1.123.416	1.004.230	765.918
Debêntures	566.044	299.837	104.199
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.833)	(97.032)	(74.910)
Total	1.684.627	1.207.035	795.207

Endividamento financeiro de longo prazo

Empréstimos e Financiamentos	23.851	280.434	346.891
Debêntures	-	207.862	202.449
Total Geral	1.708.478	1.695.331	1.344.547

Estão incluídos nas dividas lançadas no curto prazo os valores que a Companhia está negociando com os bancos credores, em virtude das mesmas já estarem vencidas. As dividas correntes foram contraídas para utilização em capital de giro.

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes (valores em R\$ mil)

Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamento de Câmbio	-	-	14.114	11.890
Arrendamentos Financeiros	-	-	12.602	6.698
Ativo Permanente	528.262	497.471	697.124	701.623
Capital de Giro	71.918	151.760	115.422	194.889
Investimento	285.942	91.728	285.942	91.728
Custos com transf. Financeiras	-	(693)	(1.788)	(2.598)
Total Circulante	886.122	740.266	1.123.416	1.004.230

Não Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Arrendamentos Financeiros	-	-	9.949	12.961
Ativo Permanente	390	11.985	1.990	20.665
Capital de Giro	-	3.635	12.221	77.991
Investimento	-	169.849	-	169.849
Custos com trans. Financeiras	-	(4)	(309)	(1.032)
Total de Empréstimos e Financiamentos	390	185.465	23.851	280.434
	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em renegociação	885.909	668.249	946.309	697.812
Em até 12 meses	213	72.018	94.205	306.419
De 1 a 2 anos	390	11.532	87.814	95.890
De 2 a 3 anos	-	11.163	18.939	17.657
De 3 a 4 anos	-	20.903	-	24.418
De 4 a 5 anos	-	25.140	-	25.742
Acima de 5 anos	-	116.726	-	116.726
Total de Empréstimos e Financiamentos	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Reais - R\$	886.512	925.731	1.118.648	1.260.386
Dólar Norte-Americano - US\$	-	-	28.619	24.278
Total de Empréstimos e Financiamentos	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

Em função do pedido de Recuperação Judicial, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo renegociados, e, por serem classificados como quirografários, não estão sendo atualizados até que seja aprovado o plano de recuperação em assembleia prevista para o dia 13 de maio de 2015.

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,66 em 31 de Dezembro de 2014 (R\$ 2,34 em 31 de dezembro 2013).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A classificação do nível de endividamento da Companhia como sendo de garantias reais, flutuantes e quirografárias, disposto no item 3.8 do formulário de referencia, é de caráter informativo e na hipótese de liquidação, seguirá o destino de acordo com o grau de subordinação e classificação dos credores, conforme previsão legal.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As cláusulas e condições existentes nos contratos financeiros para fins de garantia não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas nas demonstrações financeiras consolidadas foram:

Para melhor entendimento e maior facilidade de verificação por parte do leitor sobre as variações, reproduzimos abaixo resumo do demonstrativo de resultado destacando itens de maior importância, de forma analítica vertical e horizontal dos últimos 3 exercícios.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial
 CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06
 NIRE nº 35 3 0035492 3

ANALISE VERTICAL (COMPARATIVA ANO/ANO ANTERIOR) - R\$ MIL	CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE CADA EXERCÍCIO							
	2014	V	H	2013	V	H	2012	V
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	619.331	100%	-42,07%	1.069.064	100%	-11,34%	1.205.865	100%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	-766.801	-123,81%	13,74%	-913.719	-85,47%	9,14%	-1.023.941	-84,91%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-147.470	-23,81%		155.345	14,53%		181.924	15,09%
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-668.116	-107,88%	-8,13%	-581.173	-54,36%	-22,39%	-311.127	-25,80%
Gerais e Administrativas	-118.103	-19,07%	2,95%	-149.627	-14,00%	-0,83%	-139.626	-11,58%
Despesas com Vendas	-23.322	-3,77%	-0,22%	-20.968	-1,96%	-0,16%	-18.996	-1,58%
Despesas Financeiras Líquidas	-166.136	-26,83%	9,55%	-268.239	-25,09%	-5,59%	-200.785	-16,65%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-371.714	-60,02%	-32,31%	-26.247	-2,46%	-1,74%	-5.305	-0,44%
Equivalência Patrimonial	11.159	1,80%	11,90%	-116.092	-10,86%	-14,07%	53.585	4,44%
RESULTADO OPERACIONAL	-815.586	-131,69%	-36,46%	-425.828	-39,83%	-24,60%	-129.203	-10,71%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-8.376	-1,35%	-0,38%	-4.304	-0,40%	-0,32%	-414	-0,03%
RESULTADO ANTES DO IRPJ + CS	-823.962	-133,04%	-36,84%	-430.132	-40,23%	-24,92%	-129.617	-10,75%
Prejuízo Líquido do Exercício	-743.777	-120,09%	-31,66%	-405.271	-37,91%	-21,49%	-146.143	-12,12%

Apresentamos abaixo a composição das contas com as variações:

Em R\$ mil	reapresentado		reapresentado		
	2014 CONSOLIDADO	H	2013 CONSOLIDADO	H	2012 CONSOLIDADO
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.833	-95,02%	97.032	29,53%	74.910
Clientes	161.267	-47,33%	306.162	-18,85%	377.263
Títulos a receber	17.029	-69,05%	55.026	7,59%	51.143
Créditos de impostos	28.090	-36,92%	44.528	33,01%	33.477
Estoques	375.581	-8,51%	410.510	80,84%	227.007
PERMANENTE					
Imobilizado	411.502	3,56%	397.373	21,64%	326.672
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	205.405	34,17%	153.093	92,32%	79.604
Financiamentos e empréstimos	1.123.416	11,87%	1.004.230	31,11%	765.918
Impostos e contribuições a recolher	201.876	40,17%	144.023	2,75%	140.171
Provisão de custos e encargos	347.682	105,27%	169.374	264,44%	46.475
Adiantamentos de clientes	190.334	-33,51%	286.259	60,79%	178.033
Debêntures	566.044	88,78%	299.837	187,75%	104.199

10.2. Comentários sobre os resultados das operações da Companhia, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia nos exercícios de 2012 a 2014 foi gerada pelos segmentos abaixo descritos, e apresentaram os seguintes valores:

Consolidado Em 31 dezembro de 2012	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Outros	Comp. Reativa	lesa- Oleo&Gás	Infraestr.&S aneam.	Total
Receita Operacional Líquida	428.213	61.769	37.876	15.906	1.205.613	118.587	1.867.964
Receita entre Segmentos							-
Receita de Clientes	428.213	61.769	37.876	15.906	1.205.613	118.587	1.867.964

Consolidado Em 31 Dezembro de 2013	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Comp. Reativa	IESA Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	237.429	52.617	22.207	843.712	1.155.965
Impostos/Deduções	(25.270)	(5.693)	(5.148)	(47.202)	(83.313)
Custos dos Produtos e Serviços	(194.080)	(19.730)	(12.449)	(691.048)	(917.307)
Margem Bruta	18.079	27.194	4.610	105.462	155.345

Consolidado Em 31 Dezembro de 2014	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Comp. Reativa	IESA Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	133.963	42.940	26.040	441.7862	644.729
Impostos/Deduções	(946)	(1.481)	(6.187)	(16.784)	(25.398)
Custos dos Produtos e Serviços	(215.692)	(28.524)	(15.375)	(507.210)	(766.801)
Margem Bruta	(82.675)	12.935	4.478	(82.208)	(147.470)

- **Segmento de Geração & Equipamentos:** As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado de 823.000 m2 de terreno e área coberta superior a 150.000 m2, são as seguintes:

- ❖ **Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração:** Pontes rolantes e inúmeros equipamentos para movimentação de minério.
- ❖ **Divisão de Equipamentos de Processo:** Fabricação e montagem de unidades de processo para refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia. Uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras.
- ❖ **Divisão de Geração de Energia:** A **Joint-Venture Andritz Hydro INEPAR** onde a participação da **INEPAR** é de 50% do capital, dedica-se à fabricação de geradores e turbinas para usinas hidrelétricas.
- ❖ **Divisão de Equipamentos Hidromecânicos:** Produz todos os equipamentos necessários à montagem de uma usina hidroelétrica como comportas, condutos forçados, grades, barramentos blindados e servomotores.
- ❖ **Divisão de Compensação Reativa:** Atua fortemente nos setores de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, com a fabricação e fornecimento de equipamentos para melhorar a eficiência dos Sistemas Elétricos.
- ❖ **Segmento de Construção & Montagem:** Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento
- ❖ **Divisão de Transporte Metroviário:** Reforma e modernização de trens de passageiros.
- ❖ **Divisão de Infraestrutura e Saneamento:** A joint venture TIISA (Triunfo Iesa Infraestrutura S.A.), com participação entre as empresas IESA e TRIUNFO, consolida-se como uma importante fornecedora de infraestrutura nas áreas de transporte ferroviário, para passageiros e cargas, e como fornecedora de projetos para área de saneamento, compreendidos entre sistemas de fornecimento de água e tratamento de esgoto e também em estruturas de drenagens fluviais e recuperação e desassoreamento de rios de grande porte.
- ❖ **Segmento de Óleo & Gás:** No mercado de óleo & gás, estamos fortalecendo nossa participação, através da subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações.

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A receita operacional bruta consolidada neste exercício atingiu o montante recorde de R\$ 644,7 milhões contra R\$ 1.152 milhões no exercício de 2013, representando uma redução de 44%. Os motivos deste decréscimo referem-se às dificuldades de financiamento do capital de giro enfrentada pelas empresas do Setor, com diminuição drástica dos volumes de crédito frente ao cenário macroeconômico brasileiro de atividade econômica abaixo do esperado, aumento da inflação, das taxas de juros e da desvalorização do Real frente ao Dólar.

A Companhia e suas coligadas tem hoje um grande volume de discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes e, a grande dificuldade na recomposição da receita através do recebimento destes pleitos e

adicionais, considerando que já houve a contabilização dos custos já incorridos relativamente a estes pleitos, fez com que a margem bruta sofresse decréscimo em relação aos exercícios anteriores.

As regras do IFRS impedem a Companhia de provisionar estas receitas, mesmo quando já contabilizados os custos incorridos relativos a estes pleitos e adicionais:

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto que participa. Ressaltamos que o nosso negócio de produção de bens de capital, segue uma lógica de recebimento diferente das de produtos de consumo que trabalha com linha de produção. No nosso caso atentamos primeiro na longevidade do ciclo produtivo e segundo, na clientela específica que requer produto com especificações únicas para o seu projeto.

Nos últimos três anos não houve introdução de novos produtos e serviços que causaram grandes variações de receitas.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro

O nível de inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço de efeitos inflacionários através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que temos em carteira. Não podemos quantificar neste momento o impacto desse custo já que buscamos equilíbrio contratual junto aos clientes corrigindo sempre que possível às devidas altas inflacionárias.

A variação cambial sobre insumos causa pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado.

10.3. Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Comentários sobre mudanças significativas nas práticas contábeis:

a. Mudanças significativas nas práticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*) conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela Companhia a partir de 2010 com ajustes retroativos à 2009 foram:

A mensuração de determinados ativos financeiros disponíveis para venda, pelo valor justo, com a contrapartida registrada diretamente no patrimônio líquido. O reconhecimento da receita de vendas pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.

O ajuste do custo de aquisição de ativos e da contratação de serviços ao valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a pagar de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.

A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de que estes possam estar desvalorizados.

Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos contábeis por ocasião da implantação do IFRS já foram apurados e demonstrados em 2009 e 2010.

i. Custo atribuído ao imobilizado

A Companhia apurou o valor justo de máquinas e equipamentos e utilizou esse valor como o custo atribuído desses ativos na data de transição de implantação do IFRS, com revisão com laudo pericial foi efetuada para o balanço de 2011 nas Companhias controladas.

O efeito do custo atribuído foi refletido na conta do patrimônio líquido da Companhia com um aumento de R\$ 94,5 milhões no balanço de 2009.

ii. Revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A partir da data de transição a Companhia revisou as estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível de suas controladas, e conseqüentemente, alterou suas taxas anuais de depreciação e amortização.

iii. Baixa de acervo técnico

Não se aplica

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos nossos auditores contém as seguintes ressalvas conforme abaixo:

Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis

i) Recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, em conjunto com sua controladora Inepar Administração e Participações S.A. e outras empresas do Grupo, ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, que foi deferido em 15 de setembro de 2014. A decisão que deferiu o pedido de recuperação também estipulou a apresentação do plano de recuperação judicial para o dia 24 de novembro de 2014, o que foi cumprido pela Companhia. A Assembleia Geral de Credores foi convocada para o dia 24 de fevereiro de 2015. Ao ser instaurada a Assembleia, um dos credores solicitou a suspensão da mesma, que, colocada em votação, foi aprovada, suspendendo-a até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores, a Assembleia foi posteriormente adiada para 13/05/2015.

Dessa forma, a Companhia está em fase de aprovação do plano de recuperação judicial, não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre os saldos patrimoniais tendo em vista a aprovação ou não do Plano de Recuperação Judicial por parte dos credores. Em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações contábeis foram preparadas, assim como os ativos e passivos classificados e valorizados, presumindo a continuidade normal dos negócios. Adicionalmente, a Companhia apresenta passivo à descoberto de R\$ 1.089.066 mil em 31 de dezembro de 2014 e prejuízo no exercício de 2014 no montante de R\$ 743.777 mil. Dessa forma, o pressuposto de continuidade adotado na preparação das demonstrações contábeis dependerá da aprovação do plano de recuperação judicial pela Assembleia de Credores e da demonstração da viabilidade da continuidade por parte da administração da Companhia.

ii) Mútuo a receber de pessoa ligada – Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2014, encontra-se registrado, no grupo de Partes Relacionadas, ativo não circulante, saldo de mútuo de R\$ 131.026 mil com a sociedade Sadefem Equipamentos e Montagens S.A., também em recuperação judicial. A realização deste saldo está vinculada a aprovação do plano de recuperação judicial das Companhias pela Assembleia de Credores e à demonstração da viabilidade da continuidade das operações por parte de sua administração.

iii) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às Demonstrações Contábeis, a Companhia mantém registrados saldos a receber de R\$ 11.189 mil e de R\$ 70.382 mil nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, respectivamente, referentes a debêntures não conversíveis emitidas pela Ibrafem Estruturas Metálicas S.A. que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.. A realização desse saldo a receber de debêntures está vinculada a aprovação do plano de recuperação judicial da Sadefem e demais Companhias pela Assembleia de Credores e à demonstração da viabilidade da continuidade das operações por parte de sua administração.

iv) Encontro de contas de saldos quirografários entre empresas ligadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis, a Companhia procedeu ao encontro de contas e a liquidação de determinados saldos, habilitados como quirografários no processo de recuperação judicial, entre empresas do Grupo Inepar. Tais liquidações foram efetuadas através de cessão de créditos entre as empresas, da compensação entre saldos devedores e credores, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC. A validade dessas compensações e liquidações, por se tratarem de quirografários, dependerá de aprovação pela Assembleia dos Credores.

v) Parcelamento de impostos e contribuições a recolher

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às Demonstrações Contábeis, a Companhia e suas controladas, através da Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013), solicitaram inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão, nas demonstrações contábeis do exercício de 2013, de valores anteriormente registrados nos passivos circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas.

No entanto, os débitos inclusos no parcelamento não estavam em consonância com o determinado pela referida Lei e a reversão de passivos foi efetuada de forma inadequada.

Também conforme descrito na nota explicativa nº 18 às Demonstrações Contábeis, a Companhia e suas controladas, em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996/14, de 18 de junho de 2014, solicitaram a migração dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.996/14. No entanto, essa adesão ainda não foi homologada pela Secretaria da Receita Federal, em função de estar sendo pleiteada judicialmente a utilização de créditos para a liquidação da parcela inicial estipulada pela Lei nº 12.996/14, correspondente a 20% do valor devido. Os eventuais efeitos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações contábeis.

vi) Saldos registrados na rubrica de Estoques nas demonstrações contábeis consolidadas

Não foi realizada pela administração da controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. a contagem física de seus estoques no encerramento do exercício de 2014. Não foi possível nos satisfazermos por meios alternativos quanto às quantidades em estoques de insumos e de materiais existentes em 31 de dezembro de 2014, que estão registradas no balanço patrimonial consolidado, no grupo do ativo circulante, conforme detalhado na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, por R\$ 130.206 mil. Até a data de emissão deste relatório, a administração da Companhia estava realizando as contagens físicas com vistas à apuração das quantidades efetivamente existentes e à regularização dos saldos contabilizados. Em função disso, não foi possível determinarmos se haveria ajustes nos saldos de estoques registrados nessa data, assim como nos correspondentes montantes de custo dos produtos vendidos que impactaram as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa.

vii) Saldos registrados na rubrica de Contas a Receber nas demonstrações contábeis consolidadas referentes a participações em consórcios

Encontra-se registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, na rubrica de Clientes Internos, grupo do ativo circulante, detalhado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, saldo de R\$ 52.155 mil referente à participação minoritária da controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. em negócios constituídos na forma de Consórcios. Não foi possível obtermos evidência de auditoria suficiente sobre esses saldos registrados, motivo pelo qual não foi possível determinarmos se haveria ajustes sobre os mesmos, assim como nas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa. Abstenção de opinião sobre as Demonstrações Contábeis Individuais

Devido à relevância e abrangência dos assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Abstenção de opinião sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas

Devido à relevância e abrangência dos assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Ênfases

a) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão sendo reapresentadas incorporando os seguintes aspectos:

- Reclassificação do saldo do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossenses – Cemat, detido pela controlada Penta Participações e Investimentos Ltda., do grupo de investimentos destinados à venda para o grupo de investimentos permanentes, bem como alteração do critério de avaliação para o método da equivalência patrimonial.
- Provisão para participação no passivo à descoberto da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial - gerado pelo ajuste do saldo das debêntures de sua emissão pelas condições de remuneração originalmente contratadas.
- Ajuste referente ao recálculo das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social de acordo com as condições de encargos previstas no contrato original.

Auditamos e concordamos com esses ajustes.

ii) Integralização de capital na controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros. As notas promissórias vêm sendo liquidadas nas datas estipuladas, tendo a última liquidação ocorrido em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos

a) Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para examinar, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias

abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. No entanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração.

b) Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentadas

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentadas foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório de auditoria, datado de 10 de março de 2014, contendo as ressalvas e ênfases que reproduzimos a seguir:

Ressalvas

i) Investimento destinado à venda e respectivo ágio na aquisição – Centrais Elétricas Matogrossenses

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia mantém saldo de R\$ 203.854 mil (R\$ 203.854 mil em 2012) nas demonstrações contábeis consolidadas registrado em Investimentos / Bens Destinados à Venda, Ativo Circulante, referente a participação de sua controlada Penta Participações e Investimentos Ltda. na Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT que, conforme deliberado pelo Conselho de Administração no ano de 2004, está destinada à venda.

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia mantém saldo de R\$ 162.374 mil (R\$ 162.374 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, registrado em Investimentos, Ativo Não Circulante, referente a ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada no ano de 2011) fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT.

Com base nos estudos técnicos que nos foram apresentados, não nos foi possível concluir sobre adequação dos valores registrados nem, tampouco, sobre suas perspectivas de realização. Dessa forma, os prazos e valores de realização dos referidos ativos poderão ser diferentes dos atualmente registrados.

Em 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 4 às Demonstrações Contábeis, o valor do investimento referente a participação da Penta na Cemat foi reclassificado do Grupo de Investimento destinado à venda para o Grupo de Investimentos permanente e passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial mediante a reapresentação das demonstrações contábeis de 2013.

Quanto ao ágio apurado em investimento na Inepar Energia S.A. fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, nos foi apresentada análise que suportou a recuperabilidade do ativo registrado.

ii) Reestruturação de dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia vem negociando proposta de reestruturação de sua dívida junto ao BNDES. Considerando o sucesso na negociação de parte deste passivo, que excluiria a aplicação de multa e mora sobre os valores devidos, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2011 os efeitos da redução, no montante de R\$ 110.195 mil, de sua dívida relativa ao contrato de financiamento para

aquisição de participação nas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A, usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Considerando as condições estipuladas em contrato, o valor da redução registrada, atualizada até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 165.851 mil. Até o encerramento de nossos exames sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, não nos foi apresentada documentação que formalize a conclusão da negociação.

Em 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às Demonstrações Contábeis, o saldo foi ajustado, mediante reapresentação das demonstrações contábeis de 2013, para refletir as condições originais previstas em contrato.

iii) Parcelamento especial – Lei nº 12.865/13

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, amparada pela Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) solicitou nova inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados nos passivos circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, dos quais R\$ 259.357 mil nas demonstrações individuais e R\$ 324.263 mil nas demonstrações contábeis consolidadas foram imputados a exercícios anteriores a 2011, já que foram considerados erros na apuração dos débitos incluídos no parcelamento original. Até o momento de emissão deste relatório de opinião, referida solicitação não havia sido foi deferida e homologada pela Receita Federal do Brasil, dessa forma não temos como concluir sobre a adequação da reversão de passivos efetuada.

Conforme descrito no item iv) do tópico Base para abstenção de opinião deste relatório, a Companhia e suas controladas, em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996/14, de 18 de junho de 2014, solicitaram a migração dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.996/14. No entanto, a adesão ainda não está confirmada, em função de estar sendo pleiteada judicialmente a utilização de créditos para a liquidação da parcela inicial estipulada pela Lei nº 12.996/14, correspondente a 20% do valor devido. Os eventuais efeitos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações financeiras.

Ênfases

i) Títulos e Valores Mobiliários – FIDC

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, encontram-se registrados em 31 de dezembro de 2013 na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, no grupo do Ativo Circulante, saldos de R\$ 110.001 mil (R\$ 56.058 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 110.001 mil (R\$ 86.149 mil em 2012) nas demonstrações consolidadas. Na mesma rubrica, no grupo do Ativo Não Circulante, encontram-se registrados saldos de R\$ 22.000 mil (R\$ 28.029 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 22.000 mil (R\$ 43.074 mil em 2012) nas demonstrações contábeis consolidadas, todos referentes a cotas subordinadas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC. Não foram comercializadas cotas subordinadas no mercado, sendo todas elas de propriedade da Inepar Indústria e suas investidas. Conforme descrito na mesma nota explicativa, o prazo de amortização das cotas é de 6 anos, em parcelas semestrais a partir de 28/12/2009, tendo sido amortizada apenas a primeira parcela referente as cotas subordinadas. Os direitos creditórios do

referido Fundo incluem créditos vencidos e não pagos nas datas originais de vencimento, objetos de discussão judicial os quais encontram-se registrados pelo seu valor de custo de aquisição, que considera a chance de êxito pelo advogado externo e respectivo deságio de acordo com o valor estimado de realização. Devido à natureza dos direitos creditórios, os mesmos possuem riscos relacionados à sua realização, bem como ao seu valor de realização. Consequentemente, poderão ter seus valores de realização diferentes dos estimados na data-base de 31 de dezembro de 2013.

Em 21 de março de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 8, o FIDC foi encerrado. Seus ativos foram analisados, classificados contabilmente conforme sua natureza e os ajustes necessários registrados.

ii) Reestruturação financeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de atividades. Assim, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia está buscando significativa diminuição no nível de alavancagem, através da renegociação de prazos e condições de dívidas com instituições financeiras e da venda e realização de ativos, como os mencionados nas notas explicativas nºs 6 e 13. O êxito deste processo de reestruturação permitirá à Companhia fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro e realizar novos investimentos.

Em 2014, em função da deterioração da situação financeira da Companhia e suas controladas, foi ajuizado pedido de recuperação judicial conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis.

iii) Evento subsequente – venda de participação em controlada

Conforme descrito na nota explicativa nº 27, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 11 de fevereiro de 2014, a Companhia vendeu sua participação de 74,6% no capital social da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. à INEPAR Telecomunicações S.A., pelo valor de R\$ 451.541 mil, que, conforme Contrato de Compra e Venda, deverá ser utilizado para futuro aumento de capital pela Companhia na Inepar Telecomunicações S.A.

Subsequentemente, houve o cancelamento da venda à Inepar Telecomunicações S.A. – em Recuperação Judicial, tendo em vista o processo de reestruturação da Companhia e o respectivo plano de recuperação judicial (processo nº 101011-27.2014.8.26.037, em trâmite na 1ª vara de Falências e Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo).

iv) Integralização de capital na controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros.

As notas promissórias vêm sendo quitadas nas datas previstas, tendo a última liquidação ocorrido em 31 de dezembro de 2014.

v) Processo arbitral com terceiros



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3

Conforme descrito na nota explicativa nº 25, a Empresa é parte de processo arbitral com terceiros relativo a contrato de construção de uma usina hidrelétrica, em que foi condenada a ressarcir a proprietária da usina por multas contratuais. No entanto, em razão de uma série de vícios no processo arbitral, a Inepar S.A. Indústria e Construções impetrou ação judicial de nulidade da sentença, obtendo decisão favorável na 18ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná. Em função da opinião de seus consultores jurídicos sobre o êxito na ação judicial, a Inepar não contabilizou provisão específica para esta demanda.

Em 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 24 às Demonstrações Contábeis, por orientação do Administrador Judicial, foi constituída provisão para contingência no montante de R\$ 141.000 mil.

vi) Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Inepar S.A. Indústria e Construções, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Em 2014, com as alterações efetuadas pelo International Accounting Standard Board no IAS 27 - Separate Financial Statements, as IFRS passaram a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

10.5. Comentários dos Diretores - Políticas Contábeis Críticas:

Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da INEPAR S.A. INDÚSTRIAS E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2014	31/12/2013
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Quanto à participação da Companhia na controlada IESA – Projetos Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial, estamos considerando o percentual de 100% em virtude de a mesma apresentar patrimônio líquido negativo.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação

depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para “*impairment*” se necessária.

Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

“Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis das Normas e Práticas de Contabilidade (NPC) número 17 do Conselho Federal de Contabilidade.

Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas, no consolidado, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- (iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona. – CPC 17.

Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2017 e substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna atuante na revisão dos controles internos de acordo com calendário ou cronograma de trabalho para cada exercício social, de forma a verificar e evidenciar a segurança e a integridade das informações contábeis e fiscais.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2014, que com base nesta avaliação a Administração concluiu como sendo os controles internos eficazes.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório sobre os procedimentos contábeis e de controles internos referentes ao exercício de 2014 foi elaborado pelos nossos auditores e não foram identificadas deficiências relevantes nos controles da Companhia.

As recomendações dos auditores são analisadas e são implementadas quando devidas.

10.7. Comentários referentes a ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição,

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não Aplicável.

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras:

a. os ativos e passivos detidos por nós, direta ou indiretamente, que não aparecem no nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Principais elementos do plano de nossos negócios:

a. investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e de desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva

c. novos produtos e serviços

Não se aplica

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados anteriormente

Comentamos abaixo os setores que influenciaram positivamente para o desempenho operacional da Companhia.

Não se aplica

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

(anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

Nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 002/2015, item 2.4.2, conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ/2010-14687), as Companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

**INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PELOS
ACIONISTAS CONTROLADORES PARA COMPOR
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL**

i. Informações sobre os candidatos indicados pelos acionistas controladores para compor o Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016 (artigo 10 Instrução CVM 481/09).

12.6 Com relação aos membros do conselho fiscal, serão indicados os seguintes membros:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição e data da posse	Prazo de Mandato	Indicação do controlador	Outros cargos exercidos na Companhia
José Higino Buczenko	08/01/1939	Contador	111.993.269-68	Titular	16/06/2015 17/06/2015	1 ano	Sim	nenhum
Rubens Gerigk	16/07/1966	Contador	610.072.779-04	Titular	16/06/2015 17/06/2015	1 ano	Sim	nenhum
Adrian Monge Jara	18/04/1944	Contador	297.778.107-25	Titular	16/06/2015 17/06/2015	1 ano	Sim	nenhum
João Alves de Miranda Reis	02/05/1942	Economista	002.337.739-91	Suplente	16/06/2015 -	1 ano	Sim	nenhum
Sergio Tomaz Crestani	08/08/1951	Tec. em Contabilidade	026.608.739-68	Suplente	16/06/2015 -	1 ano	Sim	nenhum
José Luiz Bussolari	05/09/1947	Consultor	096.728.507-00	Suplente	16/06/2015 -	1 ano	Sim	nenhum

B) Fornecer as informações mencionadas no item (a) em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Justificativa para o não preenchimento do quadro: A Companhia em questão não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

C) Informações sobre os membros do Conselho Fiscal.

(i) Currículo, contendo as seguintes informações:

(i.i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos; e

(i.ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

JOSÉ HIGINO BUCZENKO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Tamoios, 200, bairro Vila Isabel, CEP 80320-290, em Curitiba, Estado do Paraná. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, registro no CRC/PR 9018. Iniciou sua carreira no ano de 1967 como Fiscal da Previdência Social (atual receita federal), concomitantemente passou a lecionar na FAE Faculdade Católica de Administração e Economia. Concluiu diversos cursos de especialização na área de ensino técnico, contábil

e fiscal durante os anos de 1970 a 1985. É membro da Academia de Ciências Contábeis do Paraná, cadeira nº 19 - “*ad eternitatem*” e atualmente é membro do Conselho Fiscal da Inepar S.A. Indústria e Construções, além de atuar, de forma autônoma, como consultor e perito contábil.

RUBENS GERIGK, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Orestes Codega, 1344, bairro Pinheirinho, CEP: 81.150-200, em Curitiba, Estado do Paraná. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Cruz, registro no CRC/PR 048721/O-05. Iniciou sua carreira no ano de 1983 na Inepar S.A. Indústria e Construções, tendo conhecimentos das rotinas contábeis, como elaboração e análise de balanços, fiscal, auditoria, recursos humanos, investimentos, imobilizado, diferido ativo permanente. Também foi membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT. Concluiu diversos cursos de aperfeiçoamento em ICMS/IPI/PIS/COFINS, sendo pós graduando em Auditoria e Finanças pela Faculdade Santa Cruz. Foi membro suplente do Conselho Fiscal da Inepar Energia S.A. Atualmente atua como sócio administrador na empresa Masters Assessoria Contábil Ltda.

ADRIAN MONGE JARA, chileno, casado, residente e domiciliado na Rua Estevão Bayão, 244, ap. 301, bairro Batel, CEP: 80.240-260, em Curitiba, Estado do Paraná. Diplomado como Contador no Instituto Superior de Comercio de Santiago de Chile, no ano de 1964 e inscrito no Colégio de Contadores sob nº 14.540, com experiência de mais de 35 anos como executivo nas áreas de controladoria, administração e finanças em empresas transnacionais e nacionais. Empresário a mais de 10 anos na área de consultoria, especialista e elaboração de diagnóstico empresarial e plano de ações, com atuação no planejamento estratégico e na sua implementação, preparação de *business plan*, estudos de viabilidade econômico-financeira de projetos para hidroelétricas, linhas de transmissão, telecomunicações e projetos industriais (TIR/VPL). Especialista na elaboração de laudos de avaliação econômico financeira, para determinar o valor de mercado de uma empresa, utilizando sistemática do fluxo de caixa descontado a valor presente. Membro do Conselho Fiscal Inepar S.A. Indústria e Construções (desde maio/2003) e Sócio-Administrador na BR GAAP Planejamento Empresarial (desde abril/1998). Atuando em diversos segmentos da economia, dentre os quais destacam-se as áreas de serviço e indústria; contribuição nos redirecionamentos e revitalizações de organizações, na obtenção de maior lucratividade e competitividade; planejamento e implementando ações estratégicas; facilitador para mudanças de cultura Empresarial, considerando a conjuntura global e as necessidades estratégicas específicas e operacionais de cada organização.

SÉRGIO TOMAZ CRESTANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua General Aristides Athayde Junior, 425, apto 425, bairro Bigorrião, CEP: 80730-370, em Curitiba, Estado do Paraná. Técnico em Contabilidade. Desde janeiro de 1997 responde pela diretoria operacional da empresa ALPHA Auditores Independentes cuja carteira multidisciplinar contempla atuação nos segmentos de Indústria e Comércio, Cooperativas Agrícolas e de Saúde, Financeira, Saúde, Terceiro Setor. Foi membro do Conselho Fiscal da Inepar Energia S.A.

JOSÉ LUIZ BUSSOLARI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Pasteur, 55, ap. 61, bairro Batel, CEP 80.250-080, em Curitiba, Estado do Paraná. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto cultural Newton de Paiva Ferreira em Belo Horizonte, Minas Gerais, registro CRC-ES-T-MG 1.909. Iniciou sua carreira no ano de 1969 na Companhia Internacional da Engenharia - IESA, sendo posteriormente contratado pela Morrison-Knudsen Engenharia S.A. no período de 1969 a 1992. Após foi contratado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e Iesa Óleo e Gás S.A., tendo inclusive ocupado o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia de capital aberto Inepar Energia S.A., no período de abril/2000 a setembro/2004. Atualmente atua como consultor independente.

JOÃO ALVES MIRANDA REIS, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Ângelo Sampaio nº 800, Cep 80250-120, Água Verde, portador da carteira de identidade nº 560.588 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 002.337.739-91. Formado em Ciência Econômicas em 1972 pela Universidade Federal do Paraná, e formado em Administração de Empresas em 1977 pela



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3

Faculdade de Plácido e Silva em Curitiba, Estado do Paraná. Iniciou a sua carreira no ano de 1962 no Banco Mercantil do Brasil, tendo trabalho de 1971 a 1975 no Grupo Safra – Banco Comercial, de 1975 a 1991 trabalhou no BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., e de 1975, de 1991 a 1992, na Net Curitiba – TV a Cabo, de 1993 a 2003 foi atuou na gerência administrativa financeira da Fundação Inepar, bem como já foi membro do Conselho Fiscal da Inepar Energia S.A e da Inepar S.A. Indústria e Construções

D) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 (cinco) anos.

(i) Qualquer condenação criminal.

Não há.

(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

Não há.

(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não há.

E) Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor:

- (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- (i) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
- (i) Administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras, diretas ou indiretas do emissor.

Não aplicável.

F) Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

(i) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.

Não aplicável

(ii) Controlador direto ou indireto do emissor.

Não aplicável.

G) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (conforme item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

Remuneração dos administradores:

A remuneração dos administradores leva em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A Inepar S.A. Indústria e Construções é uma Companhia de grande complexidade e porte o que requer, para sua administração, um profundo conhecimento dos seus negócios e do seu mercado, além de uma dedicação ilimitada, devendo reter e engajar os profissionais ocupantes de posições essenciais. Desta forma, o principal

fator de remuneração, e que ao mesmo tempo se constitui no principal objetivo da política de remuneração adotada, é o desempenho e a evolução da Companhia, conforme planejamento estratégico estabelecido, tanto no curto como no médio e no longo prazo e de modo alinhado com o retorno aos acionistas. Assim, prioritariamente, a política de remuneração serve ao negócio da Companhia. Desta feita, os valores pagos ou creditados, mensalmente, aos administradores da Companhia, a título de remuneração (retiradas *pró-labore*), são fixados em correspondência à efetiva prestação de serviços, limitados a remuneração global anual fixada em Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria será fixada pela Assembleia geral.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração.**Conselho de Administração****Remuneração Fixa**

Para os membros titulares do Conselho de Administração a remuneração considera, exclusivamente, o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários) com limite máximo anual aprovado em Assembleia Geral. A definição dos valores é alinhada com a prática de mercado. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, e dos membros do Conselho Fiscal é fixado na Assembleia geral ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária**Remuneração Fixa**

Parcela fixa mensal, definida a partir da prática do mercado competidor, com limite máximo anual aprovado em Assembleia Geral. A remuneração fixa contratada tem o objetivo de remunerar os serviços dos diretores estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia.

Diretoria Não Estatutária

Não aplicável.

Conselho Fiscal**Remuneração Fixa**

Também para os membros do Conselho Fiscal a remuneração considera apenas o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários), com valor mínimo previsto no parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei 6.404/76, tendo como referência o valor da remuneração atribuída aos Diretores Executivos, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração, os membros em exercício do Conselho Fiscal têm direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções. Os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. O reajuste da remuneração do Conselho Fiscal é realizado em função do reajuste da remuneração dos Diretores Executivos.

b. Composição da remuneração, indicando.**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.****Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária**

• Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;

• Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde (somente para a Diretoria) tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

No caso do Conselho Fiscal a remuneração é fixa e igual para cada membro do conselho.

Quanto a Diretoria Estatutária, somente o Diretor Presidente recebe a remuneração integral (fixa), enquanto os demais diretores recebem uma remuneração simbólica de um salário mínimo.

Apresentamos abaixo quadros para os 3 últimos exercícios contendo a proporção de cada elemento na remuneração total para os 3 órgãos:

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO TOTAL - 2012			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ⁽¹⁾	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8	6	5
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou Pró-Labore	100,00%	95,31%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos		4,69%	
Remuneração Variável			
Total da remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela Companhia

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO TOTAL - 2013			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ⁽¹⁾	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8	6	5
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou Pró-Labore	100,00%	88,95%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos		11,05%	
Remuneração Variável			
Total da remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela Companhia

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO TOTAL - 2014			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ⁽¹⁾	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8	4	5
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou Pró-Labore	100,00%	77,94%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos		22,06%	
Remuneração Variável			
Total da remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela Companhia

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é definido pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar.

A remuneração da diretoria estatutária é regida pelos padrões da convenção coletiva da categoria preponderante da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A estratégia de remuneração fixa da Diretoria Estatutária da Companhia é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A remuneração dos diretores, com exceção do Diretor Presidente, são suportadas pelas subsidiárias.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3

EXERCÍCIO 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	105.131,28	426.062,45	168.000,00	699.193,73
Benefícios direto e indireto	-	32.504,48	-	32.504,48
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaç�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes	-	-	-	-
Total da remunera�o	105.131,28	458.566,93	168.000,00	731.698,21

Valor Maior Remunera�o (R\$)	33.600,00	234.974,88	33.600,00
Valor Menor Remunera�o (R\$)	7.464,00	7.464,00	33.600,00
Valor M�dio Remunera�o (R\$)	20.532,00	121.219,44	33.600,00

EXERCÍCIO 2013	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	4	5	17
Remunera�o fixa anual				
Sal�rio ou pr�-labore	116.060,00	440.258,90	177.822,40	734.141,30
Benef�cios direto e indireto	-	54.665,60	-	54.665,60
Participa�oes em comit�s	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remunera�o vari�vel				
B�nus	-	-	-	-
Participa�o de resultados	-	-	-	-
Participa�o em reuni�es	-	-	-	-
Comiss�es	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
P�s-emprego	-	-	-	-
Cessa�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes	-	-	-	-
Total da remunera�o	116.060,00	494.924,50	177.822,40	788.806,90

Valor Maior Remunera�o (R\$)	33.600,00	348.707,28	33.600,00
Valor Menor Remunera�o (R\$)	8.136,00	8.136,00	36.541,92
Valor M�dio Remunera�o (R\$)	20.868,00	178.421,64	35.070,96



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial
 CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06
 NIRE nº 35 3 0035492 3

EXERCÍCIO 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	123.256,96	1.729.575,77	182.733,50	2.035.566,23
Benefícios direto e indireto	-	489.439,80	-	489.439,80
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	123.256,96	2.219.015,57	182.733,50	2.525.006,03

Valor Maior Remuneração (R\$)	36.546,72	1.130.025,24	36.546,72
Valor Menor Remuneração (R\$)	8.688,00	8.688,00	36.546,72
Valor Médio Remuneração (R\$)	22.617,36	569.356,60	36.546,72

EXERCÍCIO 2015 - PROJEÇÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	125.221,20	1.900.884,60	182.733,60	2.208.839,40
Benefícios direto e indireto	-	12.476,56	-	12.476,56
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	125.221,20	1.913.361,16	182.733,60	2.221.315,96

Nota: O Conselho Fiscal é composto por 5 membros, sendo que três são indicados pelo acionista controlador, 1 pelos acionistas minoritários detentores das ações ordinárias e 1 pelos acionistas preferencialistas.

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

EXERCÍCIO DE 2012

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. Número de Membros	8	4	5
c. Em relação ao Bônus	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há
d. em relação à participação no resultado	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há

EXERCÍCIO DE 2013

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. Número de Membros	8	4	5
c. Em relação ao Bônus	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há
d. em relação à participação no resultado	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há

EXERCÍCIO DE 2014

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. Número de Membros	8	4	5
c. Em relação ao Bônus	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há
d. em relação à participação no resultado	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há

EXERCÍCIO DE 2015 (Previsão)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. Número de Membros	8	4	5
c. Em relação ao Bônus	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há
d. em relação à participação no resultado	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

b. principais objetivos do plano

Não aplicável.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável.

d. como o plano se insere na política de nossa remuneração

Não aplicável.

e. como o plano alinha os nossos interesses e os dos administradores a curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h. condições de aquisição de ações

Não aplicável.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício,

Não aplicável.

k. forma de liquidação

Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações

Não aplicável.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável.

n. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, por nós emitidos, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

AÇÕES DETIDAS PELOS ADMINISTRADORES NO EMISSOR EM 31/12/2014

Participação Direta

CONSELHEIRO/DIRETOR	PARTICIPAÇÃO DIRETA						
	%			IIC	%		
	ON	Classe	Total	PN	Classe	Total	TOTAL
Diretoria							
Warley Isaac Noboa Pimentel	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Ricardo Woitowicz	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Irajá Galliano Andrade	4.800	0,0120%	0,0047%	28	0,0000%	0,0000%	4.828
Subtotal	4.800	0,0000%	0,0000%	28	0,0000%	0,0000%	4.828
Conselho Administração							
Atilano de Oms Sobrinho	252	0,0006%	0,0002%	15.441	0,0245%	0,0150%	15.693
Cesar Romeu Fiedler	-	0,0000%	0,0000%	8	0,0000%	0,0000%	8
Di Marco Pozzo	-	0,0000%	0,0000%	10	0,0000%	0,0000%	10
Irajá Galliano Andrade	4.800	0,0120%	0,0047%	28	0,0000%	0,0000%	4.828
Jauneval de Oms	-	0,0000%	0,0000%	613	0,0010%	0,0006%	613
Valdir Lima Carreiro	-	0,0000%	0,0000%	8	0,0000%	0,0000%	8
Carlos Alberto Del Claro Gloger	-	0,0000%	0,0000%	8	0,0000%	0,0000%	8
Marcelo Alves Varejão	0	0,0000%	0,0000%	0	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	5.052	0,0126%	0,0049%	16.116	0,0255%	0,0156%	21.168
Conselho Fiscal							
José Higino Buczenko	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Rubens Gerigk	-	0,0000%	0,0000%	35	0,0002%	0,0001%	35
Adrian Monge Jara	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Camille Curi	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Arthur Tornatore Siessere	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	-	0,0000%	0,0000%	35	0,0002%	0,0001%	35
QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES	39.892.065			63.136.159			103.028.224

Participação Indireta

CONSELHEIRO/DIRETOR	PARTICIPAÇÃO DIRETA		
	%	IIC	%



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3

	ON	Classe	Total	PN	Classe	Total	TOTAL
Diretoria							
Warley Isaac Noboa Pimentel	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Ricardo Witowicz	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Irajá Galliano Andrade	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Conselho Administração							
Atilano de Oms Sobrinho	6.540.773	16,3962%	6,3485%	270	0,0004%	6,3488%	6.541.043
Cesar Romeu Fiedler	802.683	2,0121%	0,7791%	33	0,0001%	0,7791%	802.716
Di Marco Pozzo	910.687	2,2829%	0,8839%	38	0,0001%	0,8840%	910.725
Irajá Galliano Andrade	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Jauneval de Oms	3.529.467	8,8475%	3,4257%	147	0,0002%	3,4259%	3.529.614
Valdir Lima Carreiro	570.606	1,4304%	0,5538%	24	0,0000%	0,5539%	570.629
Carlos Alberto Del Claro Gloger	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Marcelo Alves Varejão	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	12.354.216	30,9691%	11,9911%	511	0,0008%	11,9916%	12.354.727
Conselho Fiscal							
José Higinio Buczenko	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Rubens Gerigk	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Adrian Monge Jara	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Camille Curi	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Arthur Tornatore Siessere	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES	39.892.065			63.136.159			103.028.224

Ações detidas na Inepar Telecomunicações S.A.

CONSELHEIRO/DIRETOR	PARTICIPAÇÃO DIRETA		
	% TELECOM %		
	ON	Classe	Total
Diretoria			
Warley Isaac Noboa Pimentel	-	0,0000%	0,0000%
Ricardo Woitowicz	-	0,0000%	0,0000%
Irajá Galliano Andrade	1	0,0000%	0,0000%
Subtotal	1	0,0000%	0,0000%
Conselho Administração			
Atilano de Oms Sobrinho	100	0,0000%	0,0001%
Cesar Romeu Fiedler	1	0,0000%	0,0000%
Di Marco Pozzo	100	0,0000%	0,0001%
Irajá Galliano Andrade	1	0,0000%	0,0000%
Jauneval de Oms	100	0,0000%	0,0001%
Valdir Lima Carreiro	100	0,0000%	0,0001%
Carlos Alberto Del Claro Gloger	-	0,0000%	0,0000%
Marcelo Alves Varejão	-	0,0000%	0,0000%
Subtotal	402	0,0000%	0,0000%
Conselho Fiscal			
José Higino Buczenko	-	0,0000%	0,0000%
Rubens Gerigk	-	0,0000%	0,0000%
Adrian Monge Jara	-	0,0000%	0,0000%
Camille Curi	-	0,0000%	0,0000%
Arthur Tornatore Siessere	-	0,0000%	0,0000%
Subtotal	-	0,0000%	0,0000%
QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES	313.484.914		

13.6. Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não aplicável.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

	Diretor Estatutário			Conselho de Adm			Cons. Fiscal		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Nº de membros	4	4	4	8	8	8	5	5	5
Valor da maior remuneração R\$	1.130.025,24	348.707,28	234.974,88	36.546,72	33.600,00	33.600,00	36.546,72	33.600,00	33.600,00
Valor da menor remuneração R\$	8.688,00	8.136,00	7.464,00	8.688,00	8.136,00	7.464,00	36.546,72	36.541,92	33.600,00
Valor médio da remuneração R\$	569.356,60	178.421,64	121.219,44	22.617,36	20.868,00	20.532,00	36.546,72	35.070,96	33.600,00

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

O quadro abaixo detalha o percentual de remuneração por órgão que são partes relacionadas

Órgão	2014	2013	2012	2011
Conselho Administrativo	50,00%	21,09%	21,30%	0,36%
Diretoria Estatutária	54,61%	1,64%	25,70%	87,98%

13.14. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebido por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável.

13.15. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos e indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

2012	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	-	3.210.019,29	-
Controladas do emissor	61.320,00	3.622.433,94	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	61.320,00	6.832.453,23	-

2013	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	-	3.570.558,04	-
Controladas do emissor	64.680,00	4.001.345,43	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	64.680,00	7.571.903,47	-

2014	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	52.128,00	1.729.575,77	-
Controladas do emissor	69.504,00	5.523.757,94	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	121.632,00	7.253.333,71	-

13.16. Outras informações relevantes

REESTRUTURAÇÃO

Como forma de acelerar o processo de recuperação da INEPAR é destacada abaixo algumas ações que estão sendo desenvolvidas em diferentes níveis da empresa:

Societário e Administração

- i. Foi transferida para a cidade de Araraquara/SP a administração central do Grupo Inepar;
- ii. Os sócios fundadores da Inepar deixaram de exercer cargos ligados a administração direta da empresa, focando sua atuação no conselho de administração da empresa.
- iii. Em 18/09/2014 foi eleito o Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel como Diretor Presidente (CEO) do GRUPO Inepar, com mandato até 31/12/2015, em substituição a César Romeu Fiedler.

DÍVIDA

(i) Tributário

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014, o que, após a consolidação da dívida da Companhia no âmbito do referido programa, trará substanciais reflexos sobre saldo devedor de tributos federais da Companhia, bem como sobre seu fluxo de caixa. A expectativa é que referido montante seja reduzido, após o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

(ii) Transparência no Balanço

A Companhia informa que, atendendo às ressalvas feitas pelos auditores, revisou os valores do passivo das operações envolvendo CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, razão pela qual efetuou os devidos ajustes com as contrapartes para conciliação dos valores.

OPERACIONAIS

(i) integração das atividades de administração (Centro de Serviços Compartilhados – CSC)

O grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada. Por consequência dessa decisão, o grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. No decorrer do segundo semestre de 2014 a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, que deverá ser consolidado até o fim do primeiro semestre de 2015. Nesse período, a companhia obteve resultados perceptíveis – a exemplo do quadro de funcionários que foi reduzido em mais de 300 pessoas, gerando uma redução de custo superior a R\$50 milhões por ano.

(ii) Revisão das análises contratuais

Também fruto da segregação das atividades, até o segundo semestre de 2014, o grupo possuía diversos serviços administrativos terceirizados com diferentes companhias. Em busca de ganhos de escala, a companhia buscou concentrar, até o limite do comprometimento da produtividade, trabalhos em apenas algumas companhias/ escritórios (escolhendo sempre os que melhor realizam seus trabalhos). Com isso, o grupo INEPAR almeja melhorar as condições de pagamentos e preços cobrados por esses terceiros selecionados.

(iii) Melhor gestão de supply chain e controle de estoque

Em função do novo modelo de vendas, mais voltado a serviços de industrialização, houve uma redução do volume de compras. Desta forma, foi promovida uma centralização das áreas de Suprimentos, Outsourcing e Global Source, cuja racionalização das atividades permitiu um ajuste da equipe ao longo do segundo semestre de 2014, sendo observada uma redução do quadro funcional da ordem de 60%, comparando dez/2014 com dez/2013.

Foi criada e estruturada a área de Gestão de Materiais, que teve o início de suas atividades já em janeiro de 2015. Suas principais atividades são (i) o planejamento e abastecimento dos materiais de estoque, parametrizando o sistema operacional (SAP) com o lead time, níveis de segurança e lotes econômicos de aquisição, tornando-se automáticas as emissões de requisições; (ii) acompanhar o giro de materiais estocados, principalmente neste início de monitoramento, dando outro destino aos materiais, cujas movimentações se mostrarem pouco frequentes e (iii) aperfeiçoar a distribuição interna de materiais, racionalizando os centros de distribuição existentes (sub-almojarifados), os horários de distribuição e a equipe funcional. Esta nova

estrutura da área de Gestão de Materiais contempla uma Central de Cadastro, responsável pelo controle da codificação de cada item a ser inserido no sistema operacional SAP, garantindo desta forma a não duplicidade de códigos, tendo também uma significativa e fundamental participação na padronização de itens junto a Engenharia de Produto, focando a conciliação de itens mais comerciais.

(iv) Ganho na utilização fabril

Ao longo de 2014 a fábrica do grupo INEPAR localizada em Araraquara executou mais de 1,2 milhão de horas, motivando a necessidade de trabalhar em três turnos devido a gargalos em algumas atividades do processo de produção, principalmente usinagem. Esses gargalos além de gerarem custos extras (transportes dos funcionários, novo turno de refeitório, energia, água, entre outros) também são responsáveis por criarem ociosidade em outras atividades da produção ao longo dos outros dois turnos, reduzindo consideravelmente a utilização fabril, que encerrou 2014 com apenas 83%. Com o atual cenário pouco promissor para novas encomendas, no qual a Andritz Hydro será a principal cliente do grupo, estima-se para 2015 uma queda de 18% na carga total de fábrica, gerando a necessidade de adequação do quadro de funcionários, que deverá ser reduzido, até o final do 1º semestre de 2015, em aproximadamente 20%. Esta adequação mostra-se necessária, para que os custos operacionais sejam compatíveis com a situação econômico-financeira da Companhia, sempre vislumbrando a recuperação e continuidade de suas atividades. Este cenário nos indica melhora nos resultados operacionais a partir do 2º semestre de 2015.

(v) Melhoria contínua dos processos

Todas as metas do processo produtivo estão sendo revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, já se sabe que haverá a necessidade de investimentos (CAPEX), iniciando-se pelos que demandarem poucos recursos financeiros, já a partir do 1º semestre de 2015. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

(vi) Integração do Sistema SAP no processo produtivo

A integração do sistema SAP no processo produtivo, junto com os investimentos nos atuais gargalos, garantirá ao grupo INEPAR uma análise mais profunda de quais são os novos gargalos do sistema produtivo, bem como preparar e implementar ações para contorná-los. A integração do SAP no processo produtivo também permitirá analisar possíveis perdas de matérias primas em cada uma das atividades e, com esses dados, realizar projetos específicos de readequação de processos para que essas perdas sejam reduzidas.

(vii) Consolidação das áreas administrativas e desenvolvimento de KPI (key performance indicator)

Desde o início do ano o time de administração de Araraquara tem consolidado áreas como, por exemplo, a engenharia de projetos que foi unificada e o outsourcing que foi absorvido pela área de suprimentos. Essas consolidações permitiram a companhia eliminar custos atrelados referentes a essas áreas bem como reduzir o quadro de funcionários. Além dessa consolidação de áreas, o grupo INEPAR está em processo de desenvolvimento de ferramentas de KPI (key performance indicator) que serão utilizadas na gestão.

A busca pelo ambiente de Recuperação Judicial, realizado em agosto de 2014, previa, além da reestruturação dos passivos do grupo e a proteção de seus ativos durante o processo, a necessidade de um alinhamento global de seus stakeholders.

O principal objetivo que se espera obter com o processo de recuperação, consolidado na aprovação do plano, é sairmos deste momento delicado com o Grupo Inepar revigorado em sua estrutura de capital, com capacidade e potencial para aproveitar novamente as ondas de investimentos que o Brasil necessita, e certamente voltará a implementar, especialmente na área de infraestrutura.

A mudança na estrutura de capital do Grupo pode ser verificada abaixo com as alterações nas principais contas de passivo e ativo do Balanço Patrimonial do Grupo, na comparação pré e pós-aprovação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Considerações para simulação do Balanço da INEPAR S.A. Indústria e Construções

PÓS-APROVAÇÃO DO PLANO

O Plano de Recuperação Judicial apresentado em 24/10/2014 e posteriormente aditado em 01/05/2015 tem como objetivo a reorganização da estrutura de capital da empresa, visando permitir à Inepar S.A Indústria e Construções a retomar o caminho de sucesso que a empresa percorreu ao longo de sua trajetória. O tratamento proposto para os passivos do Grupo INEPAR serão descritos abaixo, de forma a demonstrar aos atuais acionistas e demais stakeholders, uma simulação da estrutura de capital do Grupo Inepar pós-aprovação do Plano e o tratamento dos passivos conforme nele proposto.

Para simulação de Balanço, considerando a aprovação do Plano, foram convertidas as dívidas de credores classe I e IV conforme opção oferecida, classe II de acordo com a opção E, classe III conforme a opção D - todas essas respeitando o Plano base 24/10/2014. Dos credores de natureza Quirografária, que totalizam R\$1,6 bilhão, foram expurgados da base do Balanço Patrimonial de Dezembro de 2014 e convertidos em Debêntures Perpétuas com classificação no Patrimônio Líquido - este movimento foi considerado uma vez que as Debêntures respeitam as normas para esta classificação.

Para o cálculo do Equity Value foi considerado:



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3

i. Avaliação dos ativos refletindo um enterprise value de acordo com o apresentado no Plano de Recuperação Judicial, o que ampliou o ativo imobilizado em R\$309 milhões, intangível em R\$699 milhões, investimento em R\$499 milhões e pleitos junto aos clientes em R\$658 milhões.

ii. O passivo considerando apenas remanescentes da Recuperação Judicial, tributário em Refis (demais tributos estão em fase de discussão e com pouca probabilidade de exigibilidade).

Após as simulações utilizando as premissas acima apresentadas, a companhia reverteu um Patrimônio Líquido negativo de R\$1,1 bilhão para um positivo de R\$2,8 bilhões, atingindo os objetivos propostos no Plano de Recuperação Judicial. Esta reversão do Patrimônio Líquido permitirá à “Nova INEPAR” condições de retomada e galgar posições de destaque nos setores em que atua.

SIMULAÇÃO DO BALANÇO da INEPAR S.A. Indústria e Construções pós-aprovação do Plano (Balanço gerencial que não necessariamente segue todas as normas contábeis exigidas pelo IFRS):



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial
 CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06
 NIRE nº 35 3 0035492 3

Balanço Projetado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Consolidado	Balanço Projetado NOVA INEPAR	Utilizado P/ Cálculo do Equity Value	Não Utilizado P/ Cálculo do Equity Value
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.833	4.833		4.833
Cientes				
Contas a receber de clientes faturados	99.765	99.765		99.765
Contas a receber de clientes a faturar	61.502	61.502		61.502
Títulos e valores mobiliários	32.805	32.805		32.805
Estoques	375.581	375.581		375.581
Títulos a receber	17.929	17.929		17.929
Créditos de impostos	28.090	28.090		28.090
Dividendos a receber	8.582	8.582		8.582
Despesas antecipadas	597	597		597
Outros créditos	33.350	33.350		33.350
Total do Ativo Circulante	663.034	663.034		663.034
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Cientes				
Contas a receber de clientes faturados	36.828	36.828		36.828
Contas a receber de clientes a faturar	482	482		482
Partes relacionadas	158.303	158.303		158.303
Títulos a receber	7.774	7.774		7.774
Títulos e valores mobiliários	70.458	70.458		70.458
Créditos de impostos	140.116	140.116		140.116
Depósitos judiciais	40.089	40.089		40.089
Outros créditos	60.364	60.364		60.364
Mútuos	1	656.221		656.221
Pleitos	2	657.975	657.975	
Investimentos	3	622.574	1.121.671	213.431
Imobilizado	3	411.502	720.970	6.120
Intangível	3	458.980	1.158.398	33.495
Total do Ativo Não Circulante	2.007.470	4.829.650	3.405.968	1.423.682
Total do Ativo	2.670.504	5.492.684	3.405.968	2.086.716

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial
 CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06
 NIRE nº 35 3 0035492 3

		Consolidado	Balanco Projetado NOVA INEPAR	Utilizado P/ do Cálculo do Equity Value	Não Utilizado P/ Cálculo do Equity Value
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	4	205.405	51.063	28.872	22.191
Financiamentos e empréstimos	5	1.123.416	101.416	101.416	
Debêntures	6	566.044	110.083	110.083	
Salários e encargos sociais	7	309.532	172.805	49.317	123.488
Impostos e contribuições a recolher	8	201.331	129.194	129.194	
Dividendos propostos	9	10.739			
Provisão de custos e encargos	10	347.682	347.682		347.682
Provisão para encargos trabalhistas	10	18.038	18.038		18.038
Provisão para impostos diferidos	10	545	545		545
Adiantamentos de clientes	11	190.334	113.184		113.184
Títulos e Outras contas a pagar	12	90.276	25.322		25.322
Total do Passivo Circulante		3.063.342	1.069.333	418.883	650.450
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	5	23.851	559.691	559.691	
Impostos e contribuições a recolher	8	242.547	737.514	338.720	398.793
Partes Relacionadas		10.958	10.959		10.959
Impostos diferidos	10	115.403	115.402		115.402
Provisão para contingências	13	260.301	118.523		118.523
Provisão para passivo a descoberto	10	595	595		595
Provisão de Custos e Encargos	10	2.303	2.303		2.303
Títulos e Outras contas a pagar	12	48.535	10.483		10.483
Total do Passivo Não Circulante		704.493	1.555.471	898.412	657.059
Patrimônio Líquido					
Participação dos minoritários		(8.265)	(8.266)	(8.266)	
Patrimônio líquido da controladora					
Capital social		398.977	398.977	398.977	
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	
Reserva de capital		1.995	1.995	1.995	
Reserva de reavaliação	14	53.767	2.219.725	2.219.725	
Prejuízos Acumulados	15	(1.619.898)	(1.461.928)	(1.461.928)	
Ajuste de avaliação patrimonial		79.166	79.166	79.166	
Debêntures Perpétuas	16		1.641.283	1.641.283	
		(1.089.066)	2.876.145	2.876.145	-
Total do Patrimônio Líquido		(1.097.331)	2.867.880	2.867.880	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.670.504	5.492.684	4.185.174	1.307.510

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Dada a estrutura de passivos, mútuos e avais cruzados entre as empresas que compõe o Grupo Inepar, optou-se por uma Recuperação Judicial conjunta, tratando a totalidade das dívidas do Grupo e criando uma estrutura jurídica de solidariedade das Recuperandas entre si, outra característica do PRJ foi o tratamento dos passivos do grupo de forma consolidada e concentrada na Inepar S.A Indústria e Construções.

Este processo de transferência dos passivos sujeitos ao PRJ das Recuperandas para a Inepar S.A Indústria e Construções ocasionou a criação de novas contas de mútuos no balanço em especial para os passivos da Inepar Administração e Participações S.A., Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. e TT Brasil Estruturas Metálicas S.A., que não fazem parte dos ativos da Inepar S.A Indústria e Construções.

2. No Balanço Patrimonial apresentado em 31/12/2014 a Companhia não inclui os pleitos apresentados para o cálculo de equity value. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para

demonstração do balanço simulado da Inepar S.A Indústria e Construções. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes do Grupo Inepar.

3. As linhas de investimentos imobilizado e intangível tiveram um aumento devido às atualizações dos ativos, majorados nos mesmos valores apresentados no laudo de viabilidade econômica do Grupo Inepar e do laudo de avaliação dos ativos imobilizados. Estes valores, apresentados aqui de forma gerencial, não serão alterados nos Balanços Patrimoniais publicados no futuro e terão seus valores reconhecidos apenas no momento da alienação de cada ativo.

4. A conta “Fornecedores” apresenta redução em relação aos valores apresentados em 31/12/2014 dado que parte dos passivos representavam dívidas existentes antes do pedido de Recuperação Judicial, classificados como Credores na classe Quirografária e sendo contabilizados após a aprovação do PRJ como Debêntures Perpétuas. Em relação aos débitos remanescentes, são reconhecidos aproximadamente R\$29 milhões como débitos sujeitos ao PRJ e, portanto, como dívida efetiva. Os outros R\$22 milhões considerados como dívidas operacionais deverão ser quitados com a operação e por esse motivo não impactam o cálculo do equity value projetado da empresa.

5. Para a constituição da conta de “Empréstimos e Financiamentos” foram consideradas as dívidas extraconcursais (R\$101,4 milhões), Garantia Real (R\$532,2 milhões), bem como a dívida remanescente ao acordo de Itiquira (R\$27,5 milhões), descrita no PRJ do Grupo Inepar, sendo as dívidas Quirografárias (R\$513,7 milhões) convertidas em Debêntures Perpétuas. Os saldos apresentados no balanço simulado estão distribuídos entre passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo das respectivas dívidas.

6. Parcela de curto prazo da dívida extraconcursal remanescente, referente às Debêntures de 5ª emissão.

7. A redução dos débitos referentes aos salários e encargos apresenta: (i) créditos classificados como classe III e, portanto, transferidos para as Debêntures Perpétuas; (ii) reclassificação dos débitos de encargos sujeitos a REFIS para a linha de impostos a pagar. Dos débitos reconhecidos aproximadamente R\$49 milhões são dívidas sujeitas ao PRJ, os outros R\$123 milhões são dívidas operacionais ou sob discussão que deverão ser quitadas com a operação e por esse motivo não impactam o cálculo do equity value projetado da empresa.

8. A composição da dívida tributária considera: (i) os passivos tributários ainda em discussão; (ii) a adesão aos programas de Refinanciamento Fiscal, junto ao REFIS da Copa e REFIS da Crise, sendo a revisão do saldo tributário convertido de R\$535 milhões para R\$469 milhões, pós consolidação. Para a distribuição dos saldos entre passivo circulante e não circulante foram considerados os respectivos prazos de liquidação das 180 parcelas, sendo adicionalmente incluída ao curto prazo a entrada do financiamento estimada em R\$ 105 milhões, obtidos através do acordo com Andritz Hydro Inepar (AHI), informado no PRJ. Para o cálculo do equity value da Companhia apenas foram considerados os débitos referentes ao REFIS.

9. Todos os dividendos propostos foram classificados como créditos Quirografários e, portanto, para efeito de simulação foram transferidos para as Debêntures Perpétuas.

10. Por se tratarem de provisões essas linhas não foram consideradas para o cálculo de equity value.

11. A rubrica “Adiantamento a Clientes” considera: (i) valores adiantados no montante de R\$113 milhões em projetos correntes do Grupo Inepar que serão pagos com a operação e por essa razão, desconsiderados

no cálculo de equity value; e (ii) contratos cancelados com adiantamentos pendentes no valor de R\$77 milhões que estão classificados como Quirografários tendo seu crédito convertido em Debêntures Perpétuas.

12. São reconhecidos como títulos e outras contas a pagar os valores relacionados às atividades operacionais correntes do grupo. Entretanto, R\$103 milhões são reconhecidos como passivos sujeitos à Recuperação Judicial, sendo tratados como Quirografários conforme o PRJ.

13. Na conta provisões para contingência os valores reconhecidos para potencial perda no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, relacionado ao Processo número 0135394-63.2006.8.26.0100 em fase de execução judicial (Itiquira Energética S.A.) foram subtraídos, dado ao acordo realizado no âmbito da Recuperação Judicial, conforme descrito no PRJ.

14. Na Simulação de Balanço apresentada os ativos do grupo foram reavaliados, conforme previsto na Lei de Recuperação Judicial, e estes valores foram registrados na rubrica de “Reserva de Reavaliação”. O acréscimo decorrente da reavaliação somente será contabilizado após a realização da venda, de acordo com a legislação em vigor.

15. No prejuízo acumulado foi considerado o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 acrescido do lucro líquido das reduções de multa e juros por força da consolidação do passivo tributário das Recuperandas no âmbito do REFIS e do acordo firmado com a empresa [Itiquira Energética S/A].

16. Para fins da presente simulação do Balanço todas as dívidas Quirografárias do Grupo Inepar, foram, conforme a opção D do PRJ, convertidas em Debêntures Perpétuas de resultado, sendo registradas no Patrimônio Líquido da Companhia.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que no período encerrado em 31/12/2014 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 35 3 0035492 3
